

Cascavel, 27 de julho de 2020.

Referência: Processo nº 000137/2020

Pregão Eletrônico 027/2020 – UNIOESTE/HUOP

Registro de Preços para Futura e eventual aquisição de equipamentos de Ar Condicionado e filtros descartáveis para o sistema de climatização central do HUOP para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP.

Ementa: *Análise de pedido de impugnação em face do prazo de entrega estipulado em Edital.*

I - DOS FATOS

Trata-se de pedido de *impugnação* enviado pela empresa **Distribuidora Plamax Eireli**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua Rua Luiz Altemburg Sênior, nº 635, Bairro Escola Agrícola, em Blumenau/SC, CEP 89031-300, inscrita no CNPJ sob nº 07.918.483/0001-57, na licitação cujo objeto é o **Registro de Preços para Futura e eventual aquisição de equipamentos de Ar Condicionado e filtros descartáveis para o sistema de climatização central do HUOP para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP.**

A empresa alega:

“Sem embargo, infelizmente, o edital em apreço tece exigências excessivamente restritivas que se opõe a legalidade e aos princípios informadores da licitação pública, que impedem que a disputa seja ampla, assim, solicita-se a avaliação e a compreensão desta Douta Comissão de Licitação. Com efeito, o problema havido no presente edital

concentra-se na exigência de entrega do material no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do recebimento da nota de empenho. A empresa IMPUGNANTE tem sua sede localizada em Blumenau/SC, sendo que o prazo estipulado de 10 (dez) dias é reconhecidamente insuficiente para o procedimento. A exigência de que os produtos sejam entregues em prazo exíguo após o recebimento da autorização de fornecimento/ nota de empenho é irregular, uma vez que tal medida restringe o universo dos licitantes, privilegiando apenas os comerciantes locais. Na fixação do prazo de entrega do produto deve-se levar em consideração a questão da localização geográfica do órgão licitante, de forma a permitir que o maior número de interessados tenha condições de participar da licitação. Deve-se observar, ainda, o tempo que o licitante vencedor disporá entre o recebimento da ordem de compra/empenho e a efetiva entrega dos materiais, considerando o seguinte sistema operacional: separação dos produtos licitados, carregamento e deslocamento da sede da empresa até o Município. (...) No caso em tela, o prazo concedido para entrega dos materiais é exíguo e seu cumprimento inexecutável. Pois há de ser considerado ao menos o tempo de logística. O prazo do edital para a entrega da mercadoria quando desproporcional, resulta em diminuição da concorrência, visto que apenas os fornecedores localizados em extrema proximidade com o local de entrega podem participar, uma vez que os prazos de entregas muito curtos importam em considerável aumento no custo de transporte. Deve se considerar ainda, que os licitantes têm de embutir no preço dos seus produtos os riscos decorrentes da aplicação de eventuais multas por

atraso na entrega, visto que o prazo muito curto não permite que seja realizado o despacho com o devido cuidado, nem a ocorrência de eventualidades como interrupções nas estradas, etc. Nesse passo conclui-se que há ilegalidade e restrição de 10 (dez) dias, trazendo como consequência prejuízo a Administração, devido à diminuição da competitividade, dificultando ao Poder Pública a oportunidade de comprar melhor. (...)

II - DO PEDIDO!

A empresa requer:

“Em síntese, requer sejam analisados os pontos detalhados nesta impugnação, com a correção necessária do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará. Especialmente, é a presente solicitação de Impugnação com modificação 10 (dez) dias para 30 (trinta) dias, visando o atendimento ao princípio da razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, e isonomia, sendo que a referida mudança baseia-se na ampliação do caráter competitivo da referida licitação. Diante de todo o exposto, requer e espera meticulosa atenção desta Comissão de Licitação, para acolher as alegações trazidas a lume e rejeitar o Edital em apreço, SUSPENDENDO o ato convocatório para posterior republicação com as devidas correções, como medida de obediência ao sistema normativo vigente.”

Estes são os fatos apresentados de forma resumida.

Relatados. Passa-se a decidir:

Primeiramente, vale destacar que a alegação inicial da empresa impugnante não traduz a veracidade do texto do Edital “*Com efeito, o problema havido no presente edital concentra-se na exigência de entrega do material no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do recebimento da nota de empenho.*” (grifo nosso)

Contudo, a oração seguinte nos leva a crer que trata-se apenas de um erro de digitação, sendo que o objeto de questionamento é o prazo de 10 (dez) dias, conforme consta em Edital “... *sendo que o prazo estipulado de 10 (dez) dias é reconhecidamente insuficiente para o procedimento.*” (grifo nosso)

Desta maneira, reconhecido o artigo de questionamento, o pedido foi enviado para análise técnica, cuja competência é do Setor de Manutenção Predial e Eletromecânica, ao passo que com base nos argumentos apresentados pela impugnante, reconheceu que, de fato, o prazo de entrega estipulado no Edital em questão se mostra exíguo, solicitando alteração para 25 (vinte e cinco) dias.

Observa-se que tal alteração não acarretará prejuízos para o HUOP, neste caso especificamente, uma vez que o potencial aumento de participação no certame se sobrepõe ao aumento do prazo de entrega, conforme avaliação do solicitante responsável e considerando que o aumento de licitantes trará maior competição possibilitando o registro de melhor preço.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, recebo a presente impugnação, por ser tempestiva, e acolho, prezando pelo princípio da ampliação da disputa e da razoabilidade.

Por fim, informo que o presente Edital será republicado com a alteração do **PRAZO DE ENTREGA**.

Atenciosamente,

Leticia Gomes Pasa

Pregoeira